

decisões; a Bahia não deve ser privada da instalação de uma fábrica da importância daquela projetada pela CARBONOR; a política de descentralização industrial, que beneficia uma unidade federativa do Nordeste, não deve ser contrariada; o Brasil não pode, nem deve perder o controle tecnológico da produção dessa substância, que foi reconhecida pelo Conselho de Segurança Nacional como de importância estratégica para o País.

Estes Sr. Presidente e Srs. Deputados, os motivos que me levaram a solicitar audiência ao Sr. Ministro, Aguardo o seu pronunciamento, em defesa da indústria nacional, da Bahia e do Brasil.

O SR. RAYMUNDO URBANO (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados: consoante os mais elementares princípios das Ciências Políticas e Administrativas, os poderes públicos devem aderir a valores e condutas que persigam a justiça social e, conseqüentemente, ao aprimoramento das estruturas institucionais do País.

Convenido dessa realidade e com base nos mais acentuados e cuidadosos estudos sobre a matéria, o Ministro Waldir Pires, da Previdência e Assistência Social, submeteu à apreciação do Sr. Presidente da República proposta estendendo, por analogia, aos servidores daquela Pasta, bem como das autarquias a ela vinculadas, os benefícios contidos no artigo 9º da Lei nº 7.333, de 2 de julho do corrente ano, pelos quais os referidos funcionários passaram a receber, junto com a gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias, também a de Desempenho em Atividades de Apoio, num percentual de 20 por cento.

Vale destacar que a medida defendida por aquela autoridade, que conta com o endosso do Sr. Ministro da Administração, visa a beneficiar especificamente os ocupantes de cargos ou empregos de quadros ou tabelas dos órgãos previdenciários, a que correspondam referências de nível médio, sendo inaplicáveis com outras gratificações, nos termos da legislação específica.

Julgo oportuno ressaltar que a previdência ensejada, além de sua indiscutível dimensão humana e social, guarda isonomia salarial em relação ao funcionários do MEC, contemplados com o benefício pretendido pelos previdenciários, de acordo com o Decreto-lei nº 2.211, de 31 de dezembro de 1964.

Lícito me seja declarar, ainda, que a despesa prevista com a gratificação em questão deve correr à conta do orçamento do próprio Ministério da Previdência e Assistência Social, que poderá arcar com o seu ônus, tendo em vista o crescimento real da sua arrecadação no semestre passado, superior a 10 por cento.

Na certeza de que a valorização do servidor previdenciário está a exigir uma revisão aprofundada do regime salarial aplicado à valorosa classe, desejo hipotecar irrisória solidariedade à justa pretensão do Ministro Waldir Pires, consubstanciada na proposta que estabelece a gratificação de Desempenho em Atividades de Apoio.

Estou seguro de que a medida, orientada por elevados princípios humanitários, encontrará necessária acolhida junto ao Presidente da República, interessado e empenhado na concretização da justiça social, na valorização do servidor público e no aprimoramento das estruturas administrativas do País.

O SR. NILSON GIBSON (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, poucos meses nos separam da vitoriosa celebração dos dez anos de aniversário da criação da Empresa Brasileira de Radiodifusão — RADIOBRÁS, empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações.

Tendo como finalidade prescreva unificar o comando operacional das emissoras do Governo federal, bem como atender às localidades julgadas estrategicamente importantes, a RADIOBRÁS vem sabendo dar efetivo cumprimento, ao longo de sua histórica trajetória, ao compromisso vital da integração do território nacional através da radiodifusão.

Além da implantação e operação das emissoras oficiais, cabe à Empresa Brasileira de Radiodifusão implantar e operar as suas próprias redes de repetição e retransmissão, explorando os respectivos serviços.

Promovendo e estimulando a formação e o treinamento de pessoal especializado, a RADIOBRÁS pode orgulhar-se do alto padrão técnico de suas equipes, assim como da reconhecida qualidade da programação

educativa que difunde e da programação informativa e recreativa que produz.

Nesse aspecto, as emissoras da RADIOBRÁS revelam, como condição primeira, a fidelidade ao compromisso de servir à comunidade. Muito em particular, as emissoras que cobrem a Amazônia Legal atuam sob a altaneira divisa de preservar, a todo o custo, os vínculos da identidade da cultura regional.

A presença da RADIOBRÁS em áreas isoladas, sem atrativos à empresa comercial, consolida a coragem governamental de vencer as dificuldades ambientais e levar aos brasileiros de todos os rincões o som do progresso que se traduz nas diretrizes de entreter, educar, informar e integrar.

Obedecendo a parâmetros de qualidade normalmente não adotados, as emissoras do Sistema RADIOBRÁS não dispensam a busca contínua pela elevação do padrão dos serviços e pela ampliação do nível de audiência.

Sejam permitidos também participar do orgulho de poder afirmar que toda preferência é dada à execução de música brasileira num percentual mínimo de 75%, sendo, entretanto, de 100% o índice para as emissoras de frequência modulada e as voltadas para a Amazônia Legal. Nesse aspecto da programação musical, a emissora busca atender, em princípio, às preferências do público-alvo, não se recusando a oferecer, inclusive, novas opções ao público no sentido de diversificar o gosto popular.

O caráter educativo encontra-se presente até mesmo nos espaços reservados aos noticiários, levando ao amplo conhecimento público as realizações do Governo nas áreas econômica, política e social. A diretriz da produção jornalística emerge-se, assim, no objetivo de "motivar a vontade coletiva para o esforço nacional pelo desenvolvimento, em suas múltiplas formas".

Da mesma forma, a Rede Nacional de TV, tendo à frente a TV Nacional — Canal 3 de Brasília, persegue idênticos objetivos de apoio à arte e a cultura nacional, oferecendo também amplo espaço de produção para o telejornalismo nacional e internacional, o esporte (com especial tratamento para o esporte amador) e desdobramento de debates de grande interesse público em primorosos documentários.

As transmissões em diversos idiomas para o exterior constituem um dos pontos altos da difusão cultural e do apoio à atividade brasileira de comércio exterior. Além de atualizado noticiário sobre o Brasil, a programação inclui a divulgação de músicas exclusivamente brasileiras em seus diferentes gêneros de expressão.

Com grande júbilo e satisfação faço registrar o reconhecimento do Poder Legislativo ao magnífico trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Radiodifusão, fazendo dirigir à pessoa ilustre de seu Presidente, Dr. Antônio Carlos Drummond, as merecidas homenagens que assim interpreto em nome de nossos representados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente do Banco da Amazônia — BASA, Dr. Delle Guerra de Macedo, está dirigindo ao Governo Federal denso documento solicitando aporte financeiro de quinhentos bilhões de cruzeiros para aumento do capital do estabelecimento que dirige, com vistas ao seu plano de capitalização, ao equilíbrio financeiro da instituição e ao atendimento do micro, pequeno e médio empresários.

A intenção do Dr. Delle Guerra de Macedo, pois, casa com a tentativa de transformação do BASA, efetivamente, em agente financeiro de todos os órgãos sedeados e/ou ligados à Amazônia. Pois ainda casa igualmente com a ideia de operar com os instrumentos de captação de poupança popular, através, inclusive, da ação no open market, no overnight, além da permissão para formar subsidiários de leasing, seguros, turismo, em áreas de competição com as grandes empresas financeiras do País.

A bancada federal do PMDB amazonense, Sr. Presidente, endossa enfaticamente a tentativa do Dr. Delle Guerra. O BASA precisa ser redimido e adequado aos tempos de reconstrução nacional. O dever dos políticos responsáveis do Amazonas e da Amazônia, sem dúvida, é dar suporte aos programas de austeridade administrativa e ao esforço de recuperação econômica que motivam o Governo José Sarney.

Acho, portanto, que o Dr. Delle vai indo bem, embora pressionado por um déficit de quase um trilhão de cruzeiros. Vai indo bem, porque pretende aceitar e recuperar o Banco, pondo-o a serviço do desenvolvimento regional.

E os seus projetos não param na requisição do aporte por mim aludido, nem nas medidas há pouco referidas. Pretende o atual Presidente o restabelecimento do percentual da arrecadação do IOC para o atendimento a programas de especialização nas áreas rural, industrial e de infraestrutura. Pretende também ver definidas e institucionalizadas todas as fontes de recursos que possam viabilizar o BASA na trajetória em busca de novas linhas de crédito compatíveis com as peculiaridades da Região Amazônica.

Em apoio ao programa em curso, de recuperação do Banco que conclamo à união todos os governadores da área, os parlamentares da Amazônia Legal, acima, inclusive, de cores partidárias e, enfim, o conjunto da sociedade amazônica, para que se possa reanudar a luta do meu povo contra o subdesenvolvimento, todas as formas de opressão colonial, o atraso, a miséria, a inércia econômica e o desalento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ EUDES (PT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há três dias o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, pediu demissão. Acompanharão no seu gesto os seus auxiliares mais próximos, ocupantes de cargos de confiança, como recomenda a praxe.

Para nossa desagradável surpresa, diga-se de passagem, um dos seus antigos auxiliares permanece em seu posto; justamente aquele cuja indicação causou mais polêmica no setor e no meio político. Mesmo trazendo inúmeros problemas e constrangimentos para o seu Ministro, este senhor não se fez de rogado e, agilitando todas as pressões, aceitou os privilégios da função.

Hoje, a sua permanência no cargo deve ser atribuída, no mínimo, ao seu oportunismo e à falta de solidariedade para com aquele que o nomeou.

Srs. Deputados, referimo-nos ao Presidente do SERPRO, Sr. Dion de Melo Teles, que, apesar das críticas e comprovadas acusações de corrupção, mantém-se à frente daquele órgão, acrescentando ao seu currículo o título de indignidade.

Este rapaz deveria, pelo menos uma vez na vida, não perder a oportunidade de tomar uma rara atitude de despojamento pessoal, colocando o seu cargo à disposição.

O SR. MÚCIO ATHAYDE (PMDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pior coisa em uma nação democrática é alguém assumir um cargo público através de nomeação, isto é, através de atos que o tornam bionico, quando deveria ser através do voto. É o caso presente, Sr. Presidente.

O Governador do Distrito Federal é bionico, sem compromissos com o povo do Distrito Federal, e já admitiu candidatar-se ao Governo de Minas Gerais. É um Governador desligado, em corpo e espírito, desta terra de Brasília.

Vemos, Sr. Presidente, que os problemas fundamentais de nossa terra são esquecidos, em detrimento dos banquetes no Palácio das Águas Claras, que muitos já chamam "Palácio das Águas Vão Rolar".

Muito bem, Sr. Presidente, há um caso muito sério, e isso é dramático. É o problema do transporte coletivo em Brasília. Mais de 30% do salário do operário que reside em Brasília é gasto com transporte, o mais caro do Brasil. Uma passagem do Cruzeiro ao centro da cidade está 1.600 e 1.700 cruzeiros. Uma pessoa, para chegar à rodoviária, ao Lago Sul e fazer o trajeto de volta, paga quatro passagens. Assim é impossível continuar. Enquanto isso, dois grupos comandam as firmas transportadoras de Brasília. E não se mexe no transporte de Brasília, não sabemos por que milagre. Ignoramos que forças são essas. O Sr. José Aparecido, que foi um elemento ligado ao Sr. Jânio Quadros, deve saber quais são essas forças ocultas que andam por aí.

Sr. Presidente, temos uma estrada de ferro que passa pelo Guarã, pelo Núcleo Bandeirante e vai até o Gama. Por que não se colocam vagões de passageiros para transportar o povo de Brasília? Porque o Governador

não tem interesse em resolver os problemas de Brasília, pois ele não tem compromissos com o seu povo.

Queremos acabar com isso fazendo eleições em Brasília, na boca da urna, em todos os níveis, para Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeitos para as cidades satélites e para Vereador, como queria o Dr. Tancredo Neves.

Se Deus quiser, um dia não existirão mais neste terra os "bionicos", "bionicos", e "bioniquinhos".

O SR. SIMÃO SESSIM (PFL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na audiência que me concedeu, ontem, o Presidente José Sarney prometeu examinar junto ao Ministro Bayma Denis, Chefe da Casa Militar, e ao Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves a possibilidade da desativação do Campo de Instrução do Gerició, e, conseqüentemente, a sua anexação total ou parcial ao Município de Nilópolis.

Localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, Nilópolis compõe, com os Municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias, a área denominada Baixada Fluminense.

Nilópolis encontra-se impossibilitado de adequar o seu desenvolvimento urbano e melhorar a qualidade de vida de sua população, por absoluta falta de espaços livres para ocupação.

Dos 22 km² do seu território, 13 km² são ocupados pelo Campo de Instrução do Gerició, pertencente ao Ministério do Exército, que o utiliza para treinamento de tropas sediadas na Vila Militar do Rio de Janeiro. Levando-se em conta a sua população de 170.000 habitantes e considerando a área efetivamente utilizada pelo município — de apenas 9 km² — sua densidade demográfica chega aos 18.700 habitantes/km², certamente a maior do País.

Uma das características do uso do solo nilopolitano é a predominância de residências unifamiliares, não havendo terreno disponível para novas habitações, escolas, hospitais, áreas de lazer, estabelecimentos comerciais e industriais, restando, para o desenvolvimento do município, o inconveniente caminho da renovação urbana pela verticalização.

O setor industrial é inexpressivo para a economia local, notando-se que 80% de suas unidades possuem menos de 10 empregados, com predominância de fábricas "fundo de quintal".

No que tange à recreação e ao lazer, verifica-se expressiva carência de áreas equipadas, restritas que estão a poucas praças e a um pequeno parque, cujo resultado é uma relação de 0,25 m² por habitante, indicador esse bem distante do atribuído ao Rio de Janeiro, que é de 1,45 m²/hab.

O estudo a que procedemos, da situação do campo do Gerició, frente a Nilópolis e à região metropolitana do Rio de Janeiro, leva-nos a reivindicar a integração de seus 13 km² no espaço urbanizável do município. Essa medida possibilitaria o reordenamento e a reorientação do seu desenvolvimento.

Entre as conseqüências positivas, que o atendimento do pleito que ora fazemos traria ao município e a Baixada Fluminense, podemos enumerar: Criação de grande área de recreação e lazer, utilizável por toda a população da região que hoje se depara com toda gama de dificuldades de acesso a essas salutares atividades;

— Implantação de um projeto integrado industrial/residencial, uma vez que a área do Campo de Instrução do Gerició possui todas as condições ideais para tanto, tais como abundante mão-de-obra, energia, água e acesso favorecido através dos sistemas de transportes rodoferroviários; e

— Melhoria do conjunto viário regional, possibilitando a integração da BR-116 com a rodovia Rio-SP, com a V. Brasília por uma via secundária ao longo do canal de Sarapuí, o que também teria o mérito de impedir o uso predatório das margens do canal.

Aspecto importante a ressaltar, Sr. Presidente, é o fato de que a medida pleiteada não implica a remoção de instalações militares de porte ou a segurança regional ou nacional. Haja vista que o uso militar da área se encontra restrito, principalmente a partir da entrada em

operação da nova pista do Aeroporto Internacional do Galeão. O cone de aproximação das aeronaves passa sobre a área de Gerició, condicionando o uso do Campo de Instrução.

Por todos esses fatos, é que, dentro do espírito da Nova República, voltamos a solicitar aquilo que foi negado pelo Governo anterior, a anexação da área de 13 km² do Campo de Gerició ao espaço urbanizável do Município de Nilópolis, providência que permitirá reorientar e reconfigurar o desenvolvimento urbano de toda a sub-região metropolitana, que compreende a sofrida Baixada Fluminense.

Salientamos ao Presidente Sarney que, para sustentar essa indeclinável reivindicação, está sendo criada em Nilópolis uma Comissão Popular, constituída de representantes de associação de moradores, comunidades de base, clubes de serviço, associação comercial e industrial, entidades educacionais e culturais, sindicato do comércio, lojas maçônicas, igrejas e políticos de todos os partidos, prefeito, vereadores e deputados com domicílio no município. É o povo nilopolitano unido no desejo de conquistar, depois de 38 anos de emancipação político-administrativa, a sua emancipação territorial.

Vale lembrar, nesta oportunidade, que, entre as orientações básicas que norteiam as mudanças anunciadas pela Nova República, encontram-se as de conciliar o progresso econômico com o objetivo de elevar a qualidade de vida dos habitantes e de aumentar o bem estar das populações sobretudo dos estratos mais carentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como representante do Município de Nilópolis no Congresso Nacional, como ex-Prefeito e, principalmente, como nilopolitano de nascimento, apelamos para a sensibilidade e ao alto espírito público do Presidente Sarney, esperando que determine estudos, visando a uma reforma urbana nas áreas de grande explosão demográfica, iniciando pela desativação e conseqüente anexação do Campo de Instrução de Gerició ao Município de Nilópolis, na Baixada Fluminense.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JUAREZ BERNARDES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Cidade de Piranhas, em Goiás, vem sofrendo um ritmo de progresso e desenvolvimento extraordinário. A marcha para o Centro-Oeste se intensifica, e esse Município está capitalizando sensível desenvolvimento graças aos esforços e à dedicação do seu notável e dinâmico dirigente, que é o Prefeito Antônio Francisco de Souza. Embora os recursos da prefeitura sejam pequenos, o prefeito vem fazendo verdadeiro milagre, sem deixar um setor sem sua permanente preocupação. Assim é que se constrói para a Justiça a casa do promotor; na área rural, além de se construir dezenas de pontes, manutenção de todas as estradas bem conservadas, graças à aquisição de motoniveladora e caminhões, o embelezamento da cidade é mantido com o calçamento das ruas, a construção de meios-fios, passeios e o manilhamento para rede fluvial; o setor educacional não é descuidado, ampliando-se sua capacidade com a construção de novas escolas, oferecendo maior número de vagas nas escolas públicas; instalou-se a torre de TV, levando entretenimento e informação ao seu povo, por intermédio de dois canais de televisão.

Adquiriram-se áreas necessárias e indispensáveis para construção de uma nova prefeitura, do ginásio de esportes e do novo aeroporto a ser construído. Quanto à assistência social, são milhões de cruzeiros que se gastam no aviação de receitas médicas para a classe mais pobre, que não tem condições de fazê-lo às suas expensas.

Trata-se, sem dúvida alguma, de um verdadeiro dinamismo, trabalhando incansavelmente pela sua comunidade. E, para coroar esse grande esforço do Prefeito Nego Francisco, como é carinhosamente chamado pelo seu povo, dia 26 último, o eminente Governador Iris Rezende de Machado inaugurou o asfalto ligando Piranhas a Iporá, obra de valor inquestionável, contemplando o dinamismo do povo daquela fértil região que, por certo, agora perdeu o medo de produzir, porque sabe que o atoleiro acabou com a chegada da boa estrada, para transportar a grande produção daquela região.

Parabéns, Prefeito Nego Francisco!

Parabéns, Governador Iris Rezende!

O povo saberá reconhecer o grande esforço conjunto dessas duas grandes lideranças, cuja meta é o trabalho e o desenvolvimento, oferecendo melhor condição de vida a toda aquela comunidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, os homens do PMDB enganaram os do PDS: elegeram o Presidente da República e o Vice-Presidente. Enganaram os militares, deram posse ao Vice-Presidente e agora desencadeiam uma campanha difamatória contra o PDS, contra as mesmas bases de sustentação política, administrativa e militar do passado. Violência gera violência. E bom o PMDB parar com essa história, porque a Nação está cansada desses fatos, está farta das campanhas de difamação de homens públicos. É hora de trabalhar, não de estar fazendo campanhas para encobrir os erros dos incompetentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com poderes e bem urdidos argumentos, o PMDB conseguiu eleger os seus candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República pelo Colégio Eleitoral, que antes exarcaria com constância e virulência.

Da mesma forma, conseguiu dar posse ao seu Vice-Presidente eleito, embora houvesse quem questionasse a legalidade do ato.

A Nação está bem lembrada de que os homens do PMDB repetiram exaustivamente "ser necessária uma transição pacífica, esquecidos fatos" passados, condenados do revanchismo, a mesquinha, a agressão e a virulência contra os adversários, sob o lema da conciliação".

Com esses e outros argumentos, invertiram a ordem das coisas: o candidato do PDS, que contava com maioria de votos no Colégio Eleitoral e obtivera o apoio de oitenta integrantes do PMDB, viu, impotente, barrarem-se para o candidato da então Oposição mais de uma centena de votos pedessistas.

E tudo com o apoio de certos homens que comandavam o Governo e áreas militares, todos pressionados, acudados pela mais insurdecedora e massificante campanha levada a efeito pelos meios de comunicação do País.

E o engajamento dos meios de comunicação foi conseguido pelos candidatos do PMDB com o argumento de transição política pacífica, reformas capazes de solucionar os graves problemas que afetam a vida do povo brasileiro.

O que vemos hoje, porém?

Estamos assistindo, incrédulos, à entrega do País aos banqueiros, o privilégio de apeniguados, desmandos, corrupção e, para encobrir tudo isso, o desencadeamento de colossais processos difamatórios de denúncias, provocações e perseguições, numa prática cruel de revanchismo que não tem paralelo na História.

Atingem a honra dos homens do Governo passado e dos que integraram as suas bases de sustentação política, administrativa e militar, esquecidos que foram eleitos, empossados e têm o apoio de pessoas que, durante vinte anos, estiveram juntas e solidárias a esses homens, política, administrativa e militarmente.

Repudiando este estado de coisas, essas pressões imorais, injustas dos homens do atual Governo, advirto os responsáveis por essas práticas fascistas de que está na hora de administrar, de trabalhar e de mostrar competência e honestidade.

E, sobretudo, está na hora de parar com as difamações, com as agressões. Porque as coisas estão passando do limite.

Os problemas do povo estão-se agravando, e o PMDB não pode continuar entregando o dinheiro da Nação aos banqueiros e, para encobrir esse e outros vergonhosos fatos, custear espaços e horários nos meios de comunicação para denúncias tão infundadas quanto perversas.

É bom repetir Lincoln: "... É impossível enganar todo o povo por todo o tempo."

Perversidades e injustiças praticadas nesse regime absolutista, que aí está, contra civis e militares do